

Ministros querem mais controle sobre salários

por Carlos Iberê de Freitas
de Brasília

A primeira decisão do governo em relação às próximas negociações salariais das empresas estatais foi eliminada ontem, durante uma reunião de duas horas — convocada pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto — no Ministério da Fazenda, com a participação de oito ministros de Estado.

Segundo o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, o governo vai "atender apenas as necessidades justas de cada reivindicação e coibir reivindicações injustificáveis do ponto de vista do Tesouro Nacional e dos usuários". Conforme apurou este jornal, empresas estatais que dependam dos recursos da União e do aumento de tarifas para conceder reajustes serão tratadas sob severa vigilância. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, garantiu que ninguém terá achatamento de salário.

Além da troca de informações entre os ministros, foi acertado que o Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise) "deixará de ser identificado como órgão de negociação salarial. Esse problema vai passar para a órbita de cada empresa, sob responsabilidade da direção", informou o ministro do Trabalho.

Ao Cise caberá a supervi-

são das negociações, disse o ministro, acrescentando que, antes desta modificação, cada ministério vai fazer os levantamentos necessários em suas empresas. Serão apuradas, segundo Pazzianotto, todas as folhas de salários bem como os demais gastos da empresa. "A intenção não é padronizar as negociações e sim considerar caso a caso, o que evita a competição descabida entre as empresas", assinalou.

O ministro da Fazenda, no final do encontro, disse também que o governo não cogita a demissão de funcionários públicos, medida que se tem demonstrado "inviável". "A experiência mostra que não produz resultados", acrescentou. Para o ministro, o importante é traçar um programa que conduza ao efetivo controle do déficit público e das contas do governo. No início da reunião, Nóbrega explicou aos demais ministros que o momento "é agora, ou se faz alguma coisa ou não há mais jeito", relatou a este jornal um participante do encontro.

Nóbrega garantiu que não há nenhum estudo dentro do governo sobre a mudança na Unidade de Referência de Preços (URP). O ministro admitiu apenas que "estamos em um ambiente de debate. O governo, entretanto, tem declarado que não vê necessidade de mudar, a curto prazo, a política salarial".